

N.F. Nº - 910005.9809/19-7  
NOTIFICADO - R D COMERCIAL DE ALIMENTOS E RAÇÕES LTDA.  
NOTIFICANTE - JOSÉ NELSON DOS SANTOS  
ORIGEM - DAT NORTE / INFAZ NORDESTE  
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 20.05.2025

**5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACORDÃO JJF Nº 0079-05/25NF-VD**

**EMENTA:** ICMS. MULTA. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – EFD. FALTA DA ENTREGA. NOTIFICAÇÃO EM DUPLICIDADE – BIS IN IDEM. Falta de entrega da EFD. Verificado a lavratura de duas Notificações Fiscais sobre o mesmo fato, em datas diferentes, abrange o período da presente Notificação, resultando-se na improcedência do presente feito fiscal. A primeira Notificação Fiscal de nº. 206902.3025/16-4 já se encontrava quitada. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

A Notificação Fiscal em epígrafe, no **Modelo Fiscalização de Estabelecimento**, lavrada em **07/03/2019** exige da Notificada Multa no valor histórico de **R\$ 1.380,00**, e acréscimo moratório no valor de **R\$ 587,60**, totalizando o montante de **R\$ 1.967,60** em decorrência do cometimento de uma única infração cujo período de apuração se fez no mês de **dezembro do ano de 2014**.

**Infração 01 – 16.14.02:** Deixou o contribuinte de efetuar a entrega do arquivo eletrônico da Escrituração Fiscal Digital - EFD nos prazos previstos na Legislação Tributária.

Enquadramento Legal: Artigo 250, § 2º do RICMS, publicado pelo Decreto de nº 13.780/12. Multa aplicada no art. 42, inciso XIII-A, alínea “L” da Lei de nº 7.014/96.

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de representante, manifestando impugnação, apensada aos autos (fl. 03.), modelo Requerimento – Justificação, protocolizada na CORAP NORTE/PA PAULO AFONSO na data de 03/04/2019 (fl. 02).

Em seu arrazoado a Notificada consignou que a presente notificação, pela não entrega da EFD, relativo ao período de 12/2014, originou débito duplicado para a Notificada recolher, sendo a mesma já cobrada anteriormente pela Notificação Fiscal de nº. 206902.3025/16-4, lavrada em 07/07/2016, onde o débito foi recolhido pela Notificada na data de 10/04/2017, através do código de receita 1860 no valor de R\$ 20.284,48, e código de receita 6632 no valor de R\$ 2.028,38 totalizando o valor de R\$ 22.312,86 conforme cópias de provas documentais em anexo.

Verifico não haver Informação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

**VOTO**

A Notificação Fiscal em epígrafe, no **Modelo Fiscalização de Estabelecimento**, lavrada em **07/03/2019** exige da Notificada Multa no valor histórico de **R\$ 1.380,00**, e acréscimo moratório no valor de **R\$ 587,60**, totalizando o montante de **R\$ 1.967,60**, em decorrência do cometimento da infração **(16.14.02)** de deixar o contribuinte de efetuar a entrega do arquivo eletrônico da Escrituração Fiscal Digital - EFD nos prazos previstos na Legislação Tributária cujo período de apuração no mês de **dezembro do ano de 2014**.

Enquadramento Legal: Artigo 250, § 2º do RICMS, publicado pelo Decreto de nº 13.780/12. Multa aplicada no art. 42, inciso XIII-A, alínea “L” da Lei de nº 7.014/96.

Preliminarmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo a multa e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

Em síntese de seu arrazoado a Notificada consignou que o débito exigido já fora cobrado anteriormente pela Notificação Fiscal de nº 206902.3025/16-4, lavrada em 07/07/2016, na data de 10/04/2017, através do código de receita 1860 no valor de R\$ 20.284,48, e código de receita 6632 no valor de R\$ 2.028,38 totalizando o valor de R\$ 22.312,86 conforme cópias de provas documentais em anexo.

Constato que a lide desta notificação se tratou no discernimento do Notificante da **falta** da entrega do arquivo eletrônico da Escrituração Fiscal Digital - EFD referente ao mês de **dezembro do ano de 2014** nos prazos previstos na Legislação Tributária.

Compulsando os autos averiguo acostado à folha 05, cópia da folha 01 da **Notificação Fiscal de nº 206902.3025/16-4** relacionada à mesma infração da presente, a qual abrange diversos períodos de 2014 inclusive a ocorrência exigida relativa à falta de entrega da EFD de 31/12/2014, conforme se observa a seguir do Demonstrativo de Débitos extraído do Sistema de Informações do Contribuinte – INC da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia:

### Demonstrativo de Débitos

Inscrição Estadual:	065.817.557	CNPJ/CPF:	00.977.879/0002-07
Razão Social:	R D COMERCIAL DE ALIMENTOS E RACOES LTDA	Número PAF:	2069023025164

Infração	Débito	Ocorrência	Dt Venc	Val. Hist./Julg.	Princ. (R\$)	CM (R\$)	AM (R\$)	Multa (R\$)	Honor. (R\$)	Total (R\$)
16.14.02	1	31/01/2014	25/02/2014	1.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.14.02	1	28/02/2014	25/03/2014	1.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.14.02	1	31/03/2014	25/04/2014	1.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.14.02	1	30/04/2014	25/05/2014	1.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.14.02	1	30/06/2014	25/07/2014	1.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.14.02	1	31/07/2014	25/08/2014	1.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.14.02	1	31/08/2014	25/09/2014	1.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.14.02	1	30/09/2014	25/10/2014	1.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.14.02	1	31/10/2014	25/11/2014	1.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.14.02	1	30/11/2014	25/12/2014	1.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.14.02	1	31/12/2014	25/01/2015	1.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

De mesmo entendimento, tal qual trazido pela Notificada, averigui que a mesma efetuou o **pagamento**, na data de 10/04/2017, referente à exigência da **Notificação Fiscal de nº 206902.3025/16-4**, cuja lavratura se fez em 07/07/2016, anterior à presente lavratura em 07/03/2019, em sua totalidade, abrangendo a ocorrência de 31/12/2014.

**Pagamento**

Inscrição Estadual	065.817.557	CNPJ/CPF:	00.977.879/0002-07
Razão Social:	R D COMERCIAL DE ALIMENTOS E RACOES LTDA	Número PAF:	2069023025164

Data de Pagto.	Origem do Pagamento	Natureza do Pagamento	Documento	Percentual de Multa (%)	Valor (R\$)
10/04/2017	Em Espécie	Normal	595184796	0,00	20.284,48
10/04/2017	Em Espécie	Normal	595184848	0,00	2.028,38

Tem-se que numa acepção bastante elementar, a expressão em latim “*non bis in idem*” consiste **no impedimento de penalizar ou de processar duas ou mais vezes** o mesmo sujeito em razão do mesmo fato. Trata-se de uma vedação que, por sua importância, compõe hoje um princípio geral de direito.

O princípio do *non bis in idem*, apesar de não estar textualmente presente em nossa Constituição Federal, tem sua presença garantida no sistema jurídico-penal e também administrativo de um Estado Democrático de Direito. Tal princípio estabelece, simplificada, que **ninguém poderá ser punido mais de uma vez por uma mesma infração**.

O Direito Administrativo Sancionador, em razão dos princípios do devido processo legal, da legalidade e da tipicidade, deve respeitar o princípio do *non bis in idem*, importante salientar, todavia, que somente se considera caracterizado o *bis in idem* quando **há identidade de sujeitos, de fatos e de fundamento legal**. É necessário que o sujeito passivo seja o mesmo, que os fatos objeto das sanções sejam iguais e que a norma violada com a conduta típica também seja a mesma. Sem estas identidades, não há violação ao princípio em tela.

Assim, constando-se que a Notificação Fiscal de nº 206902.3025/16-4 já se encontrava quitada, extinguindo-se assim, a obrigação tributária, na esteira do mandamento contido no art. 156, inciso I do Código Tributário Nacional – CTN, relativa à multa pela falta de entrega da EFD para a ocorrência de 31/12/2014, não há possibilidade de se prosperar a acusação inserta na inicial da presente Notificação Fiscal de nº 910005.9809/19-7, o que enseja a improcedência do presente feito fiscal.

Isto posto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da presente Notificação Fiscal.

**RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal de nº 910005.9809/19-7, lavrada contra **R D COMERCIAL DE ALIMENTOS E RAÇÕES LTDA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 22 de abril de 2025.

ILDEMAR JOSÉ LANDIN – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR